

Entre os Frutos e o Arvoredo: A Docência no Projeto Educacional Republicano (1890/1896)¹

*José Gonçalves Gondra **

Resumo:

Esta investigação pretende analisar o projeto republicano para a educação no Brasil. Examina as seguintes questões: a) como e onde essa preocupação com a docência se apresenta ? e b) Quais as idéias de escola, aula e professor contidas nesse discurso?

Para responder a estas questões são analisados o órgão criado pela reforma educacional de Benjamin Constant em 1890 - *Pedagogium* - e o instrumento de veiculação de seu projeto - *Revista Pedagógica* - considerando que, ambos funcionavam como dispositivos para conformar uma determinada idéia de escola de formação inicial e continuada dos professores, isto é, constituíram-se em elementos instauradores de uma pedagogia republicana.

Palavras chaves: História da educação; *Pedagogium*; *Revista Pedagógica*

Abstract:

This investigation intends to analyze the republican project for the Brazilian's education. It examines the following questions: a) how and where does the concern with teaching take place? and b) what are the ideas about school, classes and teachers present in this project?

To answer these questions we analyzed the "*Pedagogium*", an agency created by the educational reform of Benjamin Constant in 1890, and the "*Revista Pedagógica*", a magazine which undertook to publish his project, taking into account that both worked as devices to shape a certain idea of school of initial and continuing graduation of teachers, that is, they consist of elements to establish a republican pedagogy.

Key words: History of Education; *Pedagogium*; *Revista Pedagógica*

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentada no *I Seminário Docência, Memória e Gênero* realizado na Faculdade de Educação da USP, em Novembro de 1996.

* Professor Assistente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutorando em Educação na Universidade de São Paulo.

Localizando a questão

A propaganda republicana, intensificada a partir de 1870, se fez vitoriosa com a queda formal da monarquia em 1889. Ano de comemoração do centenário da revolução francesa, tomada então como modelo de República. Tratava-se, deste modo, em uma tentativa de reproduzir, em solo brasileiro, o movimento de ruptura desenvolvido 100 anos antes na própria França. Inspirados e movidos por esta idéia, os republicanos, finalmente, obtiveram êxito com a “derrubada” do regime monárquico em 15/11/1889.

A derrota do velho exigia que fossem formuladas alternativas identificadas com o novo regime e com seu ideário, em todos os setores da sociedade: econômico, político e o educacional, dentre outros.

No setor educacional podemos evidenciar uma grande preocupação em se produzir um sistema que pudesse atender toda população, refletido no discurso em defesa de uma maior oferta de escolas. Ao mesmo tempo, é possível observar também a necessidade, que se anunciava, de alterar profundamente a escola, até então identificada com a ordem imperial. Neste caso, havia que se alterá-la naquilo que a constituía e definia seu modo de funcionamento, tendo em vista assegurar *um novo ensino* consoante com *um novo regime*.

Ao conjugar essa dupla preocupação (quantitativa e qualitativa), construía-se a necessidade de intervir na formação de quadros dentro da nova perspectiva republicana, ressaltando, assim, uma atenção para com a docência, desde a sua formação inicial até o exercício profissional. Cabe-nos, então, examinar: a) Como e onde essa preocupação com a docência se apresenta? b) Quais as idéias de escola, aula e professor contidas nesse discurso?

Para responder a estas questões, analisei o órgão criado pela reforma educacional de Benjamin Constant em 1890 - *Pedagogium* - e o instrumento de veiculação de seu projeto - *Revista Pedagógica* -, considerando que, ambos, funcionaram como dispositivos para conformar uma determinada idéia de escola, de formação inicial e continuada dos professores, isto é, constituíram-se em elementos instauradores de *uma pedagogia republicana*.

O lugar de produção do discurso republicano

O projeto republicano para a educação ganhou, inicialmente, um lugar a partir do qual o mesmo foi articulado e executado. Desta forma, instituiu-se, através do decreto 346 de 16/04/1890 a criação da “*Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Publica, Correios e Telegraphos*”

que teve o estatuto de um Ministério. Para ocupar esta pasta foi designado o Marechal Benjamin Botelho de Magalhães Constant, auxiliado pelos Majores Dr. Lauro Sodré e João Bittencourt Costa (*Revista Pedagógica*, n. 1, 1990).

Em seu primeiro ano à frente desta pasta, Benjamin Constant desenvolveu uma reforma no ensino primário e secundário no Distrito Federal e na instrução superior, artística e técnica em todo o território nacional. Tal reforma decretada em 1890 e colocada em prática em 1891 apresentava como princípios orientadores: a liberdade de ensino, a laicidade, a gratuidade do ensino primário e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito.

Além desta intervenção, criou o museu pedagógico brasileiro², denominado "*Pedagogium*". Esta iniciativa encontrava inspiração na existência deste tipo de organização em outros países republicanos e "avançados", sendo considerada como um dos fatores que explicava, de forma enfática, os incontestáveis avanços em matéria de instrução que se verificavam nestes países tomados, então, como referências. Até aquela data já se verificava a existência de museus pedagógicos em Londres (1851), Canadá (1756), Petersburgo (1864), Washington (1871), Roma (1875), Amsterdã (1876), Tokio (1877), Paris (1879), Berne (1879), Bruxelas (1880), Lisboa (1882), Rio de Janeiro³ (1883) e Madrid (1884).

² Alguns autores já fizeram referência ao *Pedagogium*: José Veríssimo na obra "*A Instrução Nacional*" tem um comentário que é apropriado por Fernando de Azevedo na obra "*A Transmissão da Cultura*" que funciona com referencial para muitos outros autores.

Recentemente, Vera Teresa Valdemarim Vasconcelos, em sua tese de doutoramento "*O Liberalismo Demiurgo - Estudo Sobre a Reforma Educacional Projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*" defendida em 1994 na USP, indica, em nota de rodapé, que o museu pedagógico é uma das inovações que se pretende introduzir no sistema escolar a partir do projeto de Rui Barbosa: "*O Museu Pedagógico Nacional é proposto com o objetivo de reunir dados sobre o ensino no país em todos os graus, que abranjam legislação, material, pessoal docente e discente e biblioteca. Esta iniciativa, como o projeto como um todo não se concretiza. Em 1896, Benjamin Constant retoma esta idéia, criando o Pedagogium, que é extinto em 1919, cujo acervo tem destino ignorado. Em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde e, posteriormente, cria-se também o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), resgatando parte das atribuições previstas no projeto de Rui. Em 1991, o INEP retoma esta proposta criando o Pedagogium - Museu da Educação, recuperando o nome e objetivos dos projetos anteriores.*" (p. 114-115)

De acordo com nossa pesquisa, há alguns equívocos nestas informações. Conforme o pesquisado, o *Pedagogium* é instituído em 1890, sendo transferido para a Municipalidade em 1896, o que altera sua concepção inicial. Quanto à Benjamin Constant, jamais poderia ter retomado essa idéia em 1896, posto que faleceu em 1891.

Quanto à retomada desta idéia em 1991, obtivemos informações, por telefone, junto ao INEP em 01/11/1996 que tal projeto não chegou a ser efetivado e o prédio construído para tal fim no campus da Universidade de Brasília encontra-se desativado.

³ Museu Escolar do Rio de Janeiro vinculado a uma Associação Mantenedora, sem que, na *Revista Pedagógica*, haja maiores detalhes sobre ambos. Ao que tudo indica esta iniciativa não teve prosseguimento.

Com base nestas iniciativas, associadas a um caráter republicano e modernizante, foi aprovado o regulamento para o Museu Escolar do Distrito Federal - *Pedagogium* - por intermédio do decreto n. 980/1890.

O regulamento encontra-se organizado em 12 capítulos que, por sua vez, fornecem uma idéia precisa sobre a própria organização que estava sendo criada:

“Capítulo I - Do fim do *Pedagogium* e sua organização, Capítulo II - Da exposição permanente do museu pedagogico, Capítulo III - Dos cursos e das conferencias, Capítulo IV - Dos Gabinetes e Laboratorios, Capítulo V - Dos concursos para os livros e material classico das escolas publicas, Capítulo VI - Das exposições escolares annuaes, Capítulo VII - Da escola modelo, Capítulo VIII - Da classe typo de desenho, Capítulo IX - Das officinas de trabalhos manuaes, Capítulo X - Da Revista *Pedagogica*, Capítulo XI - Do pessoal, Capítulo XII - Disposições geraes.”

O governo republicano, deste modo, intervém no setor da instrução pública criando o Ministério, realizando a Reforma em todos os níveis da instrução pública e criando um órgão que deveria, a partir de então, funcionar como uma referência para a nação em termos de matéria educacional. Armara-se, deste modo, uma estrutura que visava assegurar a implantação de um sistema escolar nacional com vistas a ordenar a herança do descaso e descuido com instrução deixada pela monarquia. Tal estrutura seria - ou deveria ser - a responsável pelo progressos neste setor da sociedade. Assim, se deu a tradução no setor do ensino do lema maior da república de caráter positivista: ordem e progresso.

Nesta perspectiva, o regulamento do *Pedagogium* previa suas finalidades em seu artigos iniciais:

“Artigo 1 - O *Pedagogium* tem por fim:

Constituir-se o centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrução nacional, offerecendo ao professores publicos e particulares os meios de instrucção proffissional, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino, mais aperfeiçoado.

Artigo 2 - Conseguirá este fim mediante:

a boa organização e exposição permanente de um Musêo Pedagogico; conferencias e cursos scientificos adequados ao fim da instrucção; gabinetes e laboratórios para o estudo pratico das sciencias phisicas e historia natural;
concursos para os livros e material classico das escolas publicas primarias;

exposições anuais;
 direcção de uma escola primaria modelo;
 instituição de uma classe typo de desenho e de oficinas de trabalhos manuaes;
 publicação de uma Revista Pedagógica.”

Ainda segundo o próprio regulamento, esta nova instituição ficaria diretamente subordinada ao Ministério da Instrução que seria o responsável por sua fiscalização, sendo que esta também poderia vir a ser realizada pelo Inspetor geral da instrução primaria e secundaria do Distrito Federal.

Através desses atos ocorre a definição do lugar a partir do qual o discurso republicano sobre as questões educacionais seria produzido e os mecanismos estabelecidos para a exposição do mesmo, sua circulação e controle.

O veículo de circulação do discurso republicano

O governo republicano, além de criar um órgão do governo federal mais especializado no trato das questões do ensino, promoveu a instauração do museu pedagógico enquanto uma instituição que seria responsável pela promoção, exposição e divulgação do progresso. Para tanto, cria um instrumento de circulação do discurso republicano a ser entregue gratuitamente a todos os professores - públicos e particulares. Assim, procurou regular e ordenar o sistema educacional conforme a orientação republicana. Aqui nos interessa examinar o veículo de circulação deste discurso, cuja previsão inicial era a de que fosse publicado, mensalmente, pelo *Pedagogium* : a *Revista Pedagógica*.

O número 1 deste periódico, publicado em 15 de Novembro de 1890, um ano após a proclamação da República⁴, apresenta em seu início uma espécie de editorial assinado pelo diretor do *Pedagogium* (Dr. Joaquim José Menezes Vieira). Neste texto, o diretor dispõe sobre o programa da Revista comprometendo-se publicamente com o que “*está claramente traçado*” nas disposições regulamentares do *Pedagogium*. E cita, então, nominalmente tais disposições:

“A revista Pedagógica publicará:
 os actos officiais relativos á instrução primaria e secundaria,

⁴ Tal fato nos leva a crer que a escolha desta data tem um caráter comemorativo do primeiro aniversário do regime republicano, embora isto não apareça explicitado neste exemplar. Tal fato ganha maior consistência tendo em vista que o *Pedagogium* fora criado em Agosto, sendo que a sua revista só é publicada quatro meses depois de sua criação.

as conferencias e lições dos cursos do Pedagogium, memorias da pedagogia, especialmente pratica, de autores nacionaes e estrangeiros, juizos criticos sobre os methodos e processos de ensino, todas a informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional.

Dos trabalhos dignos de nota será conservada a composição typographica para imprimirem-se fascículos ou volumes destinados a formar a bibliotheca especial do Pedagogium.

A Revista será distribuída gratuitamente aos professores públicos do ensino primário e aos estabelecimentos publicos de instrução, nacionaes e estrangeiros. -"

Reafirmava, ao final, sua intenção de cumprir tal regulamento inspirando-se sempre no exemplo das melhores publicações congêneres, que transmitem os resultados produtivos do estudo, da observação e da experiência, sem admitir, contudo, "*questões estranhas*" ao seu intento⁵. Assim, pretendia "*contribuir pela educação reciproca dos mestres para o engrandecimento e felicidade da Patria.*"

Deste modo, associou sua preocupação com a formação dos professores com o progresso (engrandecimento) e com a ordem (felicidade) da Pátria. Tais aspectos mereceram uma atenção especial por parte deste porta-voz oficial do discurso republicano.

Sobre o caráter oficial do periódico e a possibilidade do mesmo ser encarado como um dispositivo de controle e imposição por parte do governo que propagandeava o princípio da liberdade, o Dr. Menezes Vieira. faz um destaque afirmando que o fato da *Revista Pedagógica* ser um periódico oficial nada tem de imperativo. Constitui-se, diferentemente desta interpretação, em "*uma prova de que o Governo reconhece, aprecia e quer auxiliar tão generosos esforços*". Neste caso, a revista seria um veículo para reconhecer e legitimar os esforços "generosos" considerados dignos de apoio oficial.

É desta forma que o Dr. Menezes Vieira, impregnado por um discurso cívico, revestido de uma suposta neutralidade, apresenta aos leitores o veículo de circulação do discurso republicano.

A *Revista Pedagógica* tinha previsão de ser publicada mensalmente. Entretanto, verifica-se que sua periodicidade não ocorreu desta forma. O quadro 1, mostra a circulação deste periódico:

⁵ O diretor, entretanto, não definia os critérios que seriam utilizados para identificar as "*questões estranhas.*"

Quadro 1 - Mapa da periodicidade da *Revista Pedagógica*

Periodicidade	Anos
Mensal	1890 (Nov. e Dez.) e 1891
Trimestral	1894, 1895 e 1896
Irregular	1892, 1893

Observa-se que, após a morte de Benjamim Constant, o *Pedagogium* perdeu prestígio, passando por dificuldades orçamentárias. O n. 43 da *Revista Pedagógica* na secção oficial, sob o título *Dura Lex* revela a redução do orçamento destinado à revista e as medidas tomadas em virtude do corte efetuado :

“Reduzida no presente exercício a 3 contos a verba de 6, que sempre fôra votada para impressão da R.P., somos forçados a reduzir o numero de paginas de cada fasciculo trimensal. Em vez de 192, daremos ... 96 e isto com alguma diffculdade, porque, nos termos alias rasoaveis do novo contracto, custar-nos-á mais 50% a impressão e brochura da Revista.”

A partir deste quadro de desinvestimento no *Pedagogium* e na sua revista, iniciou-se um movimento de convencimento junto ao parlamentares e ao Governo (executivo) de modo a evitar o fechamento do estabelecimento e assegurar a continuidade de sua revista. Neste sentido, a própria revista é utilizada como instrumento desta campanha, no sentido de formar e reforçar junto à comunidade escolar a idéia da importância do museu e de suas atividades. É com esta intenção que se divulga os feitos já realizados pelo museu e a positiva recepção destes por parte da sociedade como um todo.

Neste sentido, nos números 37, 38 e 39, organizados no tomo VII, publicado em 15/09/1894 divulga-se um balanço das atividades promovidas e realizadas no museu entre 15/11/1890 e 15/09/1894, do qual destaca: o n. de visitantes (5128), o n. de professores que levaram alunos ao *Pedagogium* (68), as três exposições realizadas (1891, 1892 e 1893) e o n. e revistas remetidas para o interior do país (8717) e para o exterior (1428). Qualifica, ainda, os destinatários oficiais para os quais o periódico era regularmente remetido. *Do interior - Ministro da Justiça e Negócios interiores, repartições de ensino da Capital Federal e dos Estados da União, afim de serem distribuídos pelos professores públicos em geral; Directores destas repartições; Governadores dos Estados e ás redacções dos jornaes dos Estados e ás Redacções dos jornaes desta Capital. Do Exterior - Repartições de Ensino nos diversos Paizes, Consules, Ministros, do Brasil, redacções, etc...”*

É, pois, desta forma, capitaneada pelo diretor do Pedagogium que se intensifica uma campanha publica em defesa do estabelecimento. Confirma-se, nesta campanha, o papel exercido pela Revista - atingir um amplo espectro de leitores, do executivo central até os professores, bem como conformar um determinado modo de "ler" a escola e a própria pedagogia. A remessa para o exterior, de sua parte, tinha a função de revelar os avanços que aqui se realizavam em matéria de instrução pública o que, concorria para elevar o país ao nível dos países mais avançados, de elevar o país ao nível do século. Esta era, pois, a ordem que a revista procurava estabelecer.

Os fascículos da Revista Pedagógica encontram-se estruturados em quatro seções que, podemos dizer, eram fixas e outras que eram variáveis. Esta estrutura pode ser verificada no quadro 2.

Quadro 2 - Mapa das seções da Revista Pedagógica

Seções	Tomos
Editorial	I, II, VI
Parte official	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX
Pedagogia	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX
Pantheon Escolar	I, II, III, VIII e IX
Chronica do Exterior	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX
Chronica do Interior	I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX
Necrologias	I, II
Bibliografia	I, II
Acquisições do Pedagogium	I
Visitas	I, II
Museus Pedagogicos	I
Material Collectivo para as aulas do 2 gráo	I
Correio	I, II
Notas	I
Annuncios	IV, V, VI e VII
Legislação	VI e VII

O exame deste quadro indica que a *Revista Pedagógica* tinha um compromisso claro com a divulgação de modelos, com a instauração de um determinado padrão de escola e de ensino identificado com a República. Isto pode ser evidenciado nas seções permanentes que consistem, em sua maioria, em um espaço de propaganda de experiências de caráter administrativo e pedagógico bem sucedidas em outros países modernos e republicanos e, internamente, em alguns Estados.

Assim, na seção de *chronicas do exterior e interior*, aparecem os modelos que valorizam a moderna instrução, bem como o modo como a realizam. A seção *pedagogia*, por sua vez, reflete uma preocupação com o que deve ser ensinado e com o próprio modo de ensinar. Estas três seções visavam, deste modo, a convencer os professores e responsáveis pela instrução pública a seguirem os modelos - em grande parte estrangeiros - selecionados e apresentados neste periódico.

Em síntese, pode-se dizer que a *Revista Pedagógica* funcionou como um dispositivo para padronização administrativa e pedagogicamente a escola no início da República. Esta dupla modelação seria a responsável para a construção da ordem e o alcance do progresso no setor da instrução pública. Esta é, pois, a crença e ideologia adotada pelos produtores desta revista.

O discurso republicano sobre a docência

A preocupação com o magistério é uma forte marca da *Revista Pedagógica*. Tal preocupação revela-se nas estratégias de formação e atualização dos professores, presentes durante toda existência da revista, podendo ser percebida na divulgação das lições que os professores deveriam seguir, bem como nos conteúdos a serem ensinados, os equipamentos e materiais pedagógicos que deveriam estar presente nas salas de aula.

O discurso da *Revista Pedagógica* poderia ser verificado "concretamente" no *Museu* e na *Escola Modelo* anexa ao *Pedagogium*⁶. Assim, o lema de "aprender fazendo" também se aplicava na própria formação dos professores pois este teria a sua disposição não apenas a possibilidade de ver os equipamentos e materiais pedagógicos expostos permanentemente no *Museu*, como também poderia "ver" a prática pedagógica republicana na *Escola Modelo* e aprofundar seus conhecimentos através dos cursos e conferências realizadas no âmbito do próprio *Museu*.

⁶Segundo nosso levantamento a *Escola Modelo* do *Pedagogium* não entrou em funcionamento.

Deste modo, os republicanos procuravam assegurar a instituição de uma escola ativa e moderna, em oposição a uma escola, herdada do Império, fundamentada da memorização, tradicional e academicista..

A estratégia de convencimento dos professores estava, deste modo, baseada no “olhar” e no “experimental”, em sintonia, portanto, com o pensamento científico positivista em voga, na época.

A preocupação com os professores devia-se à premissa que pareceu orientar o discurso republicano: *A escola é o mestre*. Esta premissa se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação de determinação, na qual o “mestre” define a “escola”. Neste caso, uma atenção especial deveria ser destinada aos mestres, posto que a escola é, segundo este raciocínio, a expressão dos mestres que possui. É, portanto, uma relação que reduz a compreensão da organização escolar a um de seus termos, no caso, aos mestres.

Neste sentido, cabe examinar esta relação pensada sob a ótica da *Revista Pedagógica*. Esta relação, embutida na premissa “a escola é o mestre” aparece bem marcada no discurso do Prof. Luiz Augusto dos Reis, pronunciado na Conferência Pedagógica de 24/03/1886 e publicado, nove anos depois, na *Revista Pedagógica*, n. 44, em 15/06/1895.

Este professor, neste discurso, destaca o poderoso papel na escola na formação dos homens:

“Não duvidemos da influência escolar sobre a creança, sobre o homem futuro, e, portanto, sobre a nacionalidade, que não é mais que o conjunto dos indivíduos enobrecidos ou humilhados, conforme a primeira educação escolhida. (...) É na escola primária que se forma a alma da creança. (...) É nella que se abre a chave do alfabeto, a grande porta de todos os conhecimentos: - é nella, quasi se pode afirmar, que se forma o coração.” (p. 100)

Intervir na escola é, pois, intervir no próprio processo de construção da nação. Ao se regenerar a alma e o coração da escola, estar-se-ia regenerando a alma e o coração dos indivíduos e por extensão a própria alma e coração da nação. Verifica-se, assim, a positivação da organização escolar levada aos extremos, concorrendo para afirmar uma crença no caráter messiânico e redentor da escola. Acompanhando esta perspectiva, o prof. Luiz Augusto dos Reis define a relação que deve se estabelecer com os professores :

“Salvar o professorado, é salvar a escola; salvar a escola é salvar a instrução e a educação do povo; salvar a escola é salvar a nação, e

cremos que é o maior serviço prestado a este paiz - a salvação da escola primária." (p. 106)

Assim, constrói uma sucessão de causalidades (professor-escola-instrução-povo-nação), estabelecendo um processo salvacionista com o apelo inicial à salvação dos professores, do que tudo o mais estaria dependente.

Para finalizar, após ter feito inúmeras citações ao longo de sua fala, recorre ao Lord Broughan, segundo ele, um dos maiores estadistas ingleses, que dissera: "*no futuro, o árbitro dos destinos humanos há de ser o professor primário.*"

É, portanto, um discurso salvacionista que se aplica à docência atribuindo ao seu desempenho a própria salvação da escola, dos indivíduos e da nação. Para realizar esta múltipla salvação, o professor deveria incorporar e aplicar os princípios de uma escola moderna e republicana, sob pena de manter o seu povo nas trevas, no pecado e no atraso. O professor é tomado, deste modo, como o responsável pela redenção e regeneração do seu povo e de seu país.

O ingresso no século, no mundo marcado pela tempo da fábrica e do capital, no tempo das cidades e da vida urbana é uma missão que deveria ser realizada por intermédio da ação dos professores. Assim, o trabalho docente é visto neste discurso que, em minha perspectiva, expressa uma concepção partilhada pela própria revista e pelo Governo de forma mais geral.

Este discurso regenerativo e salvacionista, com viés equalizador, tem um apelo bastante forte especialmente em um país marcado por profundas e graves desigualdades. Como exemplo de um retrato oficial do Distrito federal à época podemos nos apoiar no discurso do Professor Arthur de Sá do Collegio Menezes Vieira⁷, apresentado na 9ª Conferência Pedagógica, em Março de 1886.

"As creanças que frequentam essa escolas pertencem em sua maioria á classe proletaria, moram em cortiços, dormem em cubiculos estreitos, pouco arejados e muitas vezes infectos, alimentam-se de substâncias indigestas, são em geral chloroticas, anemicas, offerecem signaes visiveis de rachitismo, do escrofulismo e da tuberculose. "(p. 39)

O seja, em uma cidade marcada pela pobreza e pela doença o espaço para a construção e aceitação de um discurso salvacionista e redentor torna-se bastante favorecido e ampliado. É, pois, neste cenário que se associa a

⁷ O Dr. Menezes Vieira, Diretor do *Pedagogium*, possuía um colégio particular que levava o seu nome, no qual o Prof. Arthur trabalhou.

figura do professor à de um apóstolo, instaurador de um novo tempo, uma nova ordem, retirando da pobreza, da doença e da miséria a maioria das crianças.

Este conteúdo é reproduzido nas vozes de outros sujeitos, fazendo ecoar então um discurso único e monocórdico sobre o papel dos professores. Aqui vale trazer mais dois exemplos. Um do Ministro da Instrução Pública da França e, outro, de uma normalista do Estado do Pará, ambos reproduzidos pela revista.

Ao se dirigir ao delegados do ensino primário na França em 30/12/1893 (*Revista Pedagógica*, Tomo VI) discorreu sobre uma tarefa que faltava a ser realizada na França no que dizia respeito à obra do ensino primário: *a tarefa moral*. Para dar conta desta obra, convocou os professores:

“Si alguém em França pode ter a nobre ambição dessa magistratura de costumes que não pôde ficar vacante em uma democracia; sois vós que o deveis pretender, educadores leigos, mensageiros e apóstolos da educação nacional.”

Um conteúdo semelhante a este parece ecoar também na voz da normalista do Pará. Assim ela discorreu sobre a instrução, escola e a função professores que, na ocasião, participavam da solenidade de formatura:

“ A instrução tem por fim facultar-nos o conhecimento da sciencias, que, segundo a opinião autorizada de Herbert Spencer, é o saber mais útil, é o veredictum pronunciado sobre todas as questões. (...) Quem deixará de coadjuvar aquelles que, compenetrando-se desta grande verdade, deixando-se levar pelo sentimento altruista do patriotismo, dedicam se a espalhar a luz benefica da instrução sobre a ignorância que envolve as camadas inferiores da sociedade, despertando-lhes a necessidade de pensar e a vontade de saber, e formando, desta maneira, milícias de operarios do progresso, amigos de todas as ideias que tendem a instruir e moralisar o povo. A instrução é, pois, a luminosa estrella do progresso e o verdadeiro pharol das civilisações. (...) Eis porque a instrução tem avassalado o mundo, constituindo-se a motora principal do progresso humano!”

E toma, então, os EUA como exemplo e modelo de compromisso com a instrução pública e o efeito da mesma na construção do país.

“Eis porque assombra-nos, maravilha-nos, hoje a immensa prosperidade dos EUA, esse novel paiz que tão bem soube comprehender o valor infinito da instrução e prodigalizal-a a seus filhos.”

E finalizou conclamando os professores a participarem desse grande empreendimento:

“Cada professor deve compenetrar-se de seu melindroso sacerdócio e tornar-se um zeloso apóstolo dessa luz espiritual, tão deslumbrante e tão imprescindível: - A INSTRUÇÃO.” (p. 140)

O discurso selecionado pela Revista Pedagógica revela, deste modo, um caráter messiânico e apostólico da docência, seja ele na voz de um professor do Distrito Federal, seja ele na voz de um inglês, de um francês ou ainda de uma normalista. É, portanto, esta idéia de docência que é selecionada, o que revela o compromisso da mesma com a instauração de uma nova ordem, uma ordem regenerada, higienizada, uma ordem moderna e republicana.

A instauração desta nova ordem desejada requeria o professor como um agente privilegiado. Para tanto, apelou-se para seu caráter cívico-patriótico. Este, deste modo, foi alçado à condição de uma agente político da república e a escola e aula deveriam ser espaços de construção deste novo projeto para a nação.

Os professores foram, enfim, convocados para a tarefa de romper política e pedagogicamente com o tempo dos reis e do trono e, simultaneamente, com a escola da memorização e da passividade.

O arvoredo os frutos e a intervenção necessária

Para finalizar, é importante destacar que a continuidade do projeto republicano exigiria uma intervenção na formação de uma mentalidade republicana. Neste caso, os professores também foram convocados para tal empreitada.

O arvoredo republicano só poderia continuar viçoso se contasse, de um lado, com a presença vigilante, atenta e comprometida dos professores e, de outro, com a realização de uma série de transformações, quais sejam: a) no espaço físico da escola - daí uma preocupação com a construção de escolas; b) no mobiliário adequado - daí uma preocupação com bancos, carteiras, quadros; c) com a própria metodologia de ensino - daí uma preocupação com métodos ativos, com materiais instrucionais, com os impressos escolares e com o livro didático e, finalmente, d) com a caráter científico da pedagogia - daí uma preocupação com a formação específica dos professores, retomada na revitalização das Escolas Normais.

Vigilância, atenção e compromisso deveriam constituir os procedimentos a serem adotados pelo professor. O conjunto de

transformações assinaladas deveriam constituir a agenda de preocupações do professorado. Ao assumir tais procedimentos e tais preocupações, o magistério estaria dando uma contribuição decisiva para a reprodução do arvoredo republicano.

O alvo da ação docente eram os alunos, tidos em sua maioria como alunos pobres, doentes e desnutridos. Os frutos da nova ordem não mais poderiam ter tais características. Redimir este quadro era tarefa inadiável para a instalação e perpetuação do modelo republicano capitalista que se queria implantar de forma definitiva. O cuidado com os frutos, evidenciado pela implantação de uma moderna pedagogia republicana, seria, então, o responsável pelo estabelecimento de um longo ciclo republicano.

A reprodução do arvoredo e o cuidado com os frutos justifica e explica a intervenção realizada pelos republicanos, na qual o *Pedagogium* e a *Revista Pedagógica* cumpriram a tarefa de conformação de uma mentalidade coerente com os princípios que orientavam a sociedade fabril-urbano-capitalista.

A intervenção na escola, portanto, não foi desinteressada como aparece no discurso do Dr. Menezes Vieira. Ao contrário, foi uma intervenção necessária de modo a “melhorar” os frutos e, com isto, reproduzir o arvoredo republicano. O professor, como agente destacado neste processo, deveria fazer esta intermediação adotando os novos aportes científicos postos à sua disposição.

Esse era o discurso, esse era o projeto que, como vimos atravessou algumas dificuldades expressas na própria supressão do Ministério da Instrução, primeiramente, e na extinção do *Pedagogium* e de sua *Revista Pedagógica*, em um segundo momento. No entanto, há indícios de que este discurso deixou frutos, tradições, testamentos e uma longa herança no que se refere à definição da função social da escola e dos professores. Ou seja, o projeto educacional republicano ao privilegiar os que se localizam entre os frutos e o arvoredo concorreu para fortalecer o mito da escola como lugar de redenção e do professor como apóstolo, simplificando e hiperdimensionando, desta forma, a função de ambos.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando. **A Transmissão da Cultura**. SP: Melhoramentos/INL. 1976.
- BRANDÃO, Antonio Adelino M. **José Veríssimo e a Educação Nacional**. Monografia Premiada. Brasília: INEP. 1986.
- GONÇALVES, Vera T. Valdemarin. **O Liberalismo Demiurgo - Estudo Sobre a Reforma Educacional Projetada nos Pareceres de Rui Barbosa**. Universidade de São Paulo. 1994. Tese de Doutorado (mimeo)
- PEDAGOGIUM. **Revista Pedagógica**. Tomos I ao IX.. Distrito Federal: 1890 a 1896.